

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.846.929
Preferenciais	2.375.293
Total	5.222.222
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	80.279	81.103
1.01	Ativo Circulante	48.872	49.360
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.436	9.026
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.309	5.225
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.309	5.225
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.309	5.225
1.01.03	Contas a Receber	20.050	21.359
1.01.03.01	Clientes	20.050	21.359
1.01.04	Estoques	9.334	7.293
1.01.06	Tributos a Recuperar	920	748
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	920	748
1.01.07	Despesas Antecipadas	92	93
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.731	5.616
1.01.08.03	Outros	5.731	5.616
1.02	Ativo Não Circulante	31.407	31.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.307	3.664
1.02.01.06	Tributos Diferidos	953	1.333
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	953	1.333
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.354	2.331
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.354	2.331
1.02.03	Imobilizado	28.027	28.002
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.027	28.002
1.02.04	Intangível	73	77
1.02.04.01	Intangíveis	73	77

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	80.279	81.103
2.01	Passivo Circulante	31.930	35.409
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.365	6.539
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.402	2.157
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.963	4.382
2.01.02	Fornecedores	17.452	17.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.452	17.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.845	3.620
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	154
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	154
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.845	3.466
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	191	192
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	191	192
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	191	192
2.01.05	Outras Obrigações	3.771	5.203
2.01.05.02	Outros	3.771	5.203
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.771	5.203
2.01.06	Provisões	2.306	2.353
2.01.06.02	Outras Provisões	2.306	2.353
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	2.306	2.353
2.02	Passivo Não Circulante	4.489	4.211
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	158	205
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	158	205
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	158	205
2.02.03	Tributos Diferidos	3.236	3.236
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.236	3.236
2.02.04	Provisões	1.095	770
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.095	770
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	60	44
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.035	726
2.03	Patrimônio Líquido	43.860	41.483
2.03.01	Capital Social Realizado	30.000	30.000
2.03.04	Reservas de Lucros	11.483	11.483
2.03.04.01	Reserva Legal	1.802	1.802
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	9.681	9.681
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.377	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	44.689	38.600
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.541	-28.744
3.03	Resultado Bruto	11.148	9.856
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.581	-7.180
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.635	-6.427
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-939	-752
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.567	2.676
3.06	Resultado Financeiro	-53	-43
3.06.01	Receitas Financeiras	112	179
3.06.02	Despesas Financeiras	-165	-222
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.514	2.633
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.137	-888
3.08.01	Corrente	-757	-608
3.08.02	Diferido	-380	-280
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.377	1.745
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.377	1.745

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	2.377	1.745
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.377	1.745

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	810	6.888
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.482	3.180
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.672	3.708
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-837	-1.278
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.479	-47
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.506	5.563
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.251	12.187
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.745	17.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	30.000	0	11.483	0	0	41.483
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	30.000	0	11.483	0	0	41.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.377	0	2.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.377	0	2.377
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	30.000	0	11.483	2.377	0	43.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	57.013	50.182
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	56.836	50.243
7.01.02	Outras Receitas	14	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	163	-61
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.200	-27.861
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-22.408	-18.040
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.792	-9.821
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.813	22.321
7.04	Retenções	-806	-728
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-806	-728
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.007	21.593
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	112	187
7.06.02	Receitas Financeiras	112	187
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.119	21.780
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.119	21.780
7.08.01	Pessoal	7.283	6.513
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.244	4.578
7.08.01.02	Benefícios	2.713	1.634
7.08.01.03	F.G.T.S.	326	301
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.256	12.523
7.08.02.01	Federais	5.890	6.057
7.08.02.02	Estaduais	7.366	6.466
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.203	999
7.08.03.01	Juros	74	131
7.08.03.03	Outras	1.129	868
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.377	1.745
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.377	1.745

Comentário do Desempenho**EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.**

CNPJ : 95.426.862/0001-97

Código CVM: 1570

Comentário do desempenho da Companhia no primeiro trimestre 2018.

No primeiro trimestre de 2018 a Companhia obteve uma receita operacional líquida de R\$ 44,689 milhões, 15,77% superior ao primeiro trimestre de 2017, vendemos mais toneladas, crescemos no Lucro Líquido, melhoramos o EBITDA no absoluto e no percentual, conforme demonstramos no quadro abaixo.

Resultado	1º TRIM_2017	1º TRIM_2018
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	38.600	44.689
Vendas (tons)	7.909	8.305
Lucro líquido (R\$ mil)	1.745	2.377
Margem líquida sobre ROL	4,52%	5,32%
Ebitda (R\$ mil)	3.404	4.373
Margem Ebitda sobre ROL	8,82%	9,79%

Foi um bom trimestre. Realizamos o que havíamos planejado. Concluímos o exercício de 2017 com um considerável crescimento sobre o ano anterior e iniciamos este ano com o firme propósito de superar o exercício de 2017.

Estamos desenvolvendo novos produtos e procurando mais parcerias para aumentar o nosso mix a ser comercializado. O projeto de ampliação do nosso varejo continua com a procura de novos pontos de venda e o aperfeiçoamento da nossa equipe comercial. Também comercializamos mais produtos congelados produzidos por terceiros, com a nossa marca e sob nossa orientação. A produção própria também está sendo aumentada com maior produtividade.

O trabalho de economia e redução nos custos continua prioritário. Como nos trimestres anteriores, todas as iniciativas são planejadas, projetos elaborados, ações definidas e os reflexos financeiros resultantes constantemente avaliados, fazendo-se as correções necessárias no decurso das realizações.

Igualmente, não podemos deixar de registrar, conforme sempre temos feito, que a Companhia continua adquirindo todas as matérias primas e insumos no mercado, não possuindo matéria prima própria, o que nos possibilita fazer compras de oportunidade, sempre que esta situação se apresentar. Os preços na aquisição de matéria prima e de insumos são os praticados pelo mercado, com o que estamos sujeitos as oscilações dos mesmos. Sempre procuramos fazer todos os contingenciamentos possíveis para minimizar os efeitos adversos que a elevação dos preços da matéria prima pode ocasionar, entretanto, os efeitos desejados nem sempre são imediatos.

Santa Cruz do Sul-RS, 10 de maio de 2018.

Diretoria Executiva

Renato Jackisch – Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Ivo José Dreher – Diretor Administrativo e Financeiro

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

Informações gerais sobre a Companhia

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados. Adicionalmente, a J&F comprometeu-se a reparar danos e prejuízos decorrentes dos fatos relacionados no âmbito dos Acordos de Colaboração Premiada, mediante o pagamento de R\$10,3 bilhões ao longo dos próximos 25 anos, sendo R\$50 milhões em 5 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, nos termos e condições estabelecidos no Acordo de Leniência. Em 29 de novembro de 2017 a Companhia celebrou termo de adesão ao Acordo de Leniência, visando o melhor interesse, resguardando-as dos impactos financeiros do Acordo de Leniência integralmente assumidos pela J&F.

A Companhia está cumprindo as diretrizes estabelecidas no Acordo e está implementando um programa de integridade, constituído de políticas internas e procedimentos relacionados a integridade e anticorrupção, bem como o aperfeiçoamento do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares. Tais medidas e o seu respectivo cronograma, encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo.

Investigações internas independentes

A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados a Controladora relatados nos acordos de colaboração premiada é uma das obrigações impostas no Acordo. Nesse sentido, a J&F contratou, em favor da Controladora e suas controladas escritório de advocacia independente e especialistas em perícia forense ("Assessores Legais"), os quais iniciaram no terceiro trimestre do ano de 2017 uma investigação interna independente relacionada aos fatos antes mencionados.

Ainda conforme determinação imposta pelo Acordo, foi constituído Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") cuja função primordial, dentre outras, consiste em aprovar a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê, inclusive no que diz respeito a seu escopo e planos de trabalho.

As investigações internas independentes seguem as melhores práticas internacionais e ainda estão em andamento. A Administração da Companhia com base nos procedimentos analíticos por ela adotados até o presente momento, não tem conhecimento de quaisquer impactos em suas demonstrações contábeis.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Exceto pelas novas normas IFRS 15 e IFRS 9 descritas na nota explicativa 3 item t, não houve alterações nas políticas, estimativas contábeis e métodos de cálculo para o período findo em 31 de março de 2018 em relação às demonstrações contábeis anuais levantadas em 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebido ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 19 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando:

Notas Explicativas

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas esperadas, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estima de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com IAS 2/CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As vidas úteis estimadas de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 11.

h) Intangível

É composto por softwares adquiridos por terceiros registrados de acordo com o IAS 38/CPC 4 (R1) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data dos balanços.

j) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos ou variações cambiais.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

l) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas Explicativas

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

o) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

p) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são apenas as "Aplicações financeiras".

Empréstimos concedidos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui classificado nesta categoria é "Contas a receber".

Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com Companhias ligadas e outras contas a pagar.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidos no resultado.

q) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

r) Demonstrações dos fluxos caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo destas demonstrações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/ CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstração do valor adicionado

A Companhia inclui na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual não é requerida pelas IFRS, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

t) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IFRS 9 / CPC 48, "Instrumentos Financeiros": a partir de 01 de janeiro de 2018 a Companhia adotou o IFRS 9/CPC 48 como base para reconhecimento, desreconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Também ocorreram alterações no método de mensuração de expectativa de perda esperada em ativos financeiros, que deixa de ser realizada com base em perda histórica passando a ser realizada a partir da análise de dados históricos e a expectativas de perda futura.

A Companhia revisou a metodologia de estimativa de impairment de acordo com o IFRS e não identificou impactos significativos com a adoção desta norma em relação à perda esperada.

A Companhia aplicou a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, que utiliza uma provisão para perdas esperadas para todas as contas a receber. As alterações na metodologia não representaram alterações no saldo líquido do contas a receber de exercícios anteriores.

Riscos de perdas em outros ativos financeiros são monitorados periodicamente pela Companhia, que não identificou risco de crédito desses ativos em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas

Adicionalmente, houve a adequação da nomenclatura de classificação contábil dos instrumentos financeiros, sem que tenha havido mudanças significativas na forma como tais instrumentos são remensurados posteriormente.

IFRS 15 / CPC 47, "Receita de contratos com clientes": a partir de 01 de janeiro de 2018 a Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 receitas de contratos com clientes. A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Companhia avaliou a nova norma e não identificou impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não são complexas, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao beneficiário.

Ademais, a Companhia já adotava a prática reconhecer as vendas líquidas de bonificações de forma que a receita represente o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

u) Novos pronunciamentos contábeis

IFRS 16 / CPC 6, "Arrendamento mercantil": requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019). A avaliação da Companhia sobre os impactos da nova norma está em andamento com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da novanorma.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis intermediárias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.18	31.12.17
Caixa e bancos	7.436	9.026
CDB	5.309	5.225
	12.745	14.251

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, não estão sujeitas a risco significativo de alteração de valor e são em média remunerados a 100,50% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31.03.18	31.12.17
Duplicatas a vencer	19.507	20.863
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	505	455
De 31 a 60 dias	19	30
De 61 a 90 dias	19	11
Acima de 90 dias	360	523
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(360)	(523)
	543	496
	20.050	21.359

Conforme IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumento Financeiro, segue a movimentação da PECLD:

	31.03.18	31.12.17
Saldo inicial	(523)	(447)
(Adições) / Reversões	(129)	(278)
Baixas	292	202
Saldo final	(360)	(523)

6 Estoques

	31.03.18	31.12.17
Mercadorias e produtos acabados	5.363	3.413
Matéria-prima e embalagens	2.287	2.224
Almoxarifado	1.684	1.656
	9.334	7.293

Em decorrência da característica dos estoques perecíveis, e de rápido giro, não são identificadas necessidades de provisão para perdas nos estoques.

Notas Explicativas

7 Impostos a recuperar

	31.03.18	31.12.17
ICMS	888	938
INSS	436	436
IRRF	7	8
IRPJ e CS a recuperar	252	-
PIS e COFINS	4	6
	1.587	1.388
Desmembramento:		
Ativo circulante	920	748
Ativo não circulante	667	640
	1.587	1.388

8 Outros ativos circulantes

	31.03.18	31.12.17
Contas a receber de seguradora	5.567	5.567
Outros	164	49
	5.731	5.616

Durante o mês de abril de 2017, um incêndio consumiu o estoque de produtos prontos em terceiros, no operador logístico situado em Nova Santa Rita/RS, e os efeitos foram contabilizados no segundo trimestre de 2017. A apólice é celebrada em conjunto com a controladora que também possui valores a receber. Diante disso, a seguradora realizou solicitações de documentos aos segurados e a expectativa é receber até junho de 2018 os valores relativos à cobertura de seguros (reembolso) pela Companhia.

9 Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes da tributação	3.514	2.633	3.514	2.633
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	879	658	316	237
(Adições) exclusões permanentes	22	32	7	23
(Adições) exclusões temporárias	(1.118)	(33)	(1.118)	(33)
Base imposto - sem prejuízos fiscal de anos anteriores	2.418	2.632	2.403	2.623
Prejuízo fiscal (Limitado 30% da base de cálculo do imposto no período)	-	(789)	-	(787)
Base imposto	2.418	1.843	2.403	1.836
Alíquota - 9%	-	-	216	165
Alíquota - 10%	236	178	-	-
Alíquota - 15%	363	276	-	-
Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Lei Rouanet e outros	(58)	(11)	-	-
Imposto a pagar	541	443	216	165
Imposto pago/compensado	(737)	(168)	(272)	(63)
Saldo de imposto a pagar (a recuperar)	(196)	275	(56)	102
Imposto de renda e contribuição social correntes	(757)	(608)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(380)	(280)		
	(1.137)	(888)		
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	32,36%	33,73%		

Notas Explicativas

b) Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.03.18	31.12.17
ATIVO	1.198	1.605
Provisão para contingência	372	262
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	23	40
PLR - Participação dos Lucros e Resultados	62	619
Faturamento não entregue	61	19
Outros	680	665
PASSIVO	(246)	(272)
Ajuste da depreciação	(246)	(272)
Total Líquido	952	1.333

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.03.18		31.12.17		2018		2017	
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Agrícola Jandelle S.A.	-	-	-	26	26	-	24	-
JBS Aves Ltda	510	2.531	296	1.996	5.182	1.402	1.257	-
JBS S.A.	-	-	-	-	-	-	20	-
Seara Comércio Alimentos Ltda	-	71	-	-	70	-	360	-
Seara Alimentos Ltda	3	6.686	5	6.880	18.340	37	17.326	3
	513	9.288	301	8.902	23.618	1.439	18.987	3

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra da Companhia com empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o período findo em 31 de março de 2018 a Companhia comprou R\$23.618 (R\$18.987 no período findo em 31 de março 2017) de matérias-primas/mercadorias das empresas ligadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esse administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017:

	31.03.18		31.03.17	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	6	341	6	258
	6	341	6	258

O Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, faz parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde segue todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R1) - Apresentação de Parte Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração como base em ações.

Notas Explicativas

11 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.03.18	31.12.17
Terrenos	*	7	-	7	7
Imóveis	7 a 50 anos	8.448	(3.057)	5.391	5.276
Máquinas e equipamentos	5 a 20 anos	29.298	(11.988)	17.310	16.482
Instalações	5 a 15 anos	2.186	(1.276)	910	848
Móveis e utensílios	5 a 15 anos	383	(138)	245	169
Equipamentos de informática	2 a 7 anos	757	(498)	259	228
Veículos	2 a 7 anos	702	(633)	69	103
Obras em andamento	*	3.836	-	3.836	4.889
		45.617	(17.590)	28.027	28.002

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro 2017 obtendo entendimento sobre a adequacidade das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No período findo em 31 de março de 2018 a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

b) Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.17	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	31.03.18
Terrenos	7	-	-	-	7
Imóveis	5.276	195	-	(80)	5.391
Máquinas e equipamentos	16.482	1.470	(3)	(639)	17.310
Instalações	848	102	-	(40)	910
Móveis e utensílios	169	82	-	(6)	245
Equipamentos de informática	228	52	-	(21)	259
Veículos	103	-	(24)	(10)	69
Obras em andamento	4.889	(1.053)	-	-	3.836
	28.002	848	(27)	(796)	28.027

Depreciação do período

A depreciação e a amortização do período soma um montante de R\$ 806 foi reconhecida como segue: R\$ 775 como custo dos produtos vendidos e R\$ 31 como despesas operacionais.

Bens adquiridos por Leasing

A Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado o montante de R\$58 como veículos (R\$64 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram adquiridos na modalidade de leasing, sendo deste montante R\$58 estão alienados como garantia da operação.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima de seu valor recuperável.

12 Intangível

	Vida útil dos ativos intangíveis	Líquido	
		31.03.18	31.12.17
Softwares	2 a 7 anos	73	77
		73	77

Movimentação do intangível:

	31.12.17	Adição	Amortização	31.03.18
Softwares	77	6	(10)	73
	77	6	(10)	73

Notas Explicativas

13 Fornecedores

	31.03.18	31.12.17
Materiais e serviços	17.452	17.502
	<u>17.452</u>	<u>17.502</u>

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não Circulante	
					Líquido			
					31.03.18	31.12.17	31.03.18	31.12.17
Em moeda nacional								
Finame	6,00% a.a.	R\$	Tx Fixa	2018-20	191	192	158	205
					<u>191</u>	<u>192</u>	<u>158</u>	<u>205</u>

Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame

Forma de pagamento do financiamento em 54 parcelas mensais e sucessivas, calculadas através do Sistema de Amortização Constante - SAC, com período de carência de 6 meses e o vencimento da última parcela em janeiro de 2020. O FINAME está garantido por aval da diretoria.

Maturidade contratual dos empréstimos e financiamentos:

Vencimento	31.03.18	31.12.17
2019	158	190
2020	-	15
	<u>158</u>	<u>205</u>

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos e não tem nenhum tipo de Covenants em seus contratos devido ao fato de que todos os contratos possuem garantias reais dos bens financiados, avais ou notas promissórias.

15 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	31.03.18	31.12.17
Salários e encargos sociais	1.539	3.234
Provisões para férias, 13º salário e encargos	2.004	1.777
IRRF a recolher	573	184
PIS e COFINS a recolher	648	702
ICMS a recolher	2.845	3.466
Parcelamentos fiscais (REFIS IV)	3.559	3.662
Outros	279	217
	<u>11.447</u>	<u>13.242</u>
Passivo circulante	8.211	10.006
Passivo não circulante	3.236	3.236
	<u>11.447</u>	<u>13.242</u>
Desmembramento:		
Trabalhistas	4.067	5.191
Tributárias	7.380	8.051
Estadual	2.845	3.466
Federal	4.535	4.585
	<u>11.447</u>	<u>13.242</u>

Parcelamentos Fiscais (REFIS IV) - Em 2009, a Companhia decidiu aderir ao programa de parcelamento de débitos tributos instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$3.559 (R\$534 no circulante e R\$ 3.025 no não circulante) é devido em 82 parcelas mensais, com juros baseados na taxa SELIC.

Notas Explicativas

16 Dividendos declarados

	31.03.18	31.12.17
Dividendos declarados	3.771	5.203
	3.771	5.203

Em 31 de dezembro de 2017 a Administração declarou dividendos mínimos obrigatórios a distribuir no valor de R\$2.238, que foram submetidos para aprovação do AGO convocada para 17 de abril de 2018. A posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos é a posição observada na presente data, sendo certo que, aprovado pela AGO, serão contempladas 5.222.222 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e duas) ações, sendo 2.846.929 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e novecentas e vinte e nove) ações ordinárias e 2.375.293 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil e duzentas e noventa e três) ações preferenciais, resultado em uma distribuição de R\$0,40980 por ação ordinária e R\$0,45078 por ação preferencial, a título de dividendos. Aprovados pela referida AGO, os dividendos declarados serão pagos sem correção monetária, através do Banco Itaú S.A., instituição depositária das ações escriturais, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da AGO, no domicílio bancário fornecido pelos acionistas.

17 Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.18	31.12.17
Trabalhistas	1.035	726
Fiscais e previdenciários	60	44
Total	1.095	770

Movimentação das provisões

	31.12.17	Adições	Pagamentos ou mudanças de estimativas	31.03.18
Trabalhistas	726	503	(194)	1.035
Fiscais e previdenciários	44	16	-	60
Total	770	519	(194)	1.095

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2018 a Companhia era parte em 146 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$11.416 (R\$10.929 em 31 de dezembro 2017). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$1.035 (R\$726 em 31 de dezembro 2017) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras, e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, as quais não há provisão no montante de R\$7.452 (R\$8.182 em 31 de dezembro 2017).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de março de 2018 era de R\$1.659 (R\$1.662 em 31 de dezembro 2017).

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2018 e 2017 estava representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 por ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Retenção de lucros

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Notas Explicativas

19 Receita operacional líquida

	2018	2017
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	59.996	55.198
Provisão para reversão do faturamento não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)	(659)	(1.428)
	59.337	53.770
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(2.501)	(3.526)
Impostos sobre as vendas	(12.285)	(11.992)
Provisão p/ reversão dos impostos s/ o fat. não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)	138	348
	(14.648)	(15.170)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	44.689	38.600

20 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Juros Passivos	(74)	(131)
Juros Ativos	112	179
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(91)	(91)
	(53)	(43)
	2018	2017
Receita financeira	112	179
Despesa financeira	(165)	(222)
	(53)	(43)

21 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	2.377	1.745
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro básico por ação - R\$	0,4552	0,3342

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e sua respectiva classificação por função:

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	(806)	(728)
Despesas com pessoal	(7.283)	(6.513)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(32.200)	(27.861)

Notas Explicativas

Classificação por função	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(33.541)	(28.744)
Despesas com vendas	(6.635)	(6.427)
Despesas gerais e administrativas	(939)	(752)

23 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes reportáveis: processados resfriados e congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro por segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2018	2017
Processados resfriados	34.433	31.219
Processados congelados	10.256	7.381
	44.689	38.600

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2018	2017
Processados resfriados	621	589
Processados congelados	185	139
	806	728

Total de ativos por segmento:

	31.03.18	31.12.17
Processados resfriados	61.855	64.164
Processados congelados	18.424	16.939
	80.279	81.103

Total de receitas e despesas financeiras por segmento:

	2018	2017
Processados resfriados	(41)	(37)
Processados congelados	(12)	(6)
	(53)	(43)

Total de lucro divulgado por segmento:

	2018	2017
Processados resfriados	1.912	1.485
Processados congelados	465	260
	2.377	1.745

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica:

	2018	2017
Rio Grande do Sul	33.809	29.514
Santa Catarina	6.799	5.713
Paraná	3.125	2.655
Outros	956	718
	44.689	38.600

Notas Explicativas

Depreciação apresentadas por área geográfica:

	2018	2017
Rio Grande do Sul	610	556
Santa Catarina	123	108
Paraná	56	50
Outros	17	14
	806	728

Total de ativos por área geográfica:

	31.03.18	31.12.17
Rio Grande do Sul	60.735	62.022
Santa Catarina	12.214	12.147
Paraná	5.614	5.394
Outros	1.717	1.540
	80.279	81.103

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de cobertura em 31 de março de 2018 foi de R\$150 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito de liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	31.03.18	31.12.17
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.745	14.251
Contas a receber de clientes	5	20.050	21.359
		32.795	35.610

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Notas Explicativas

31.03.18						
	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	17.452	-	-	-	17.452
Empréstimos e financiamentos	14	191	158	-	-	349
Dividendos declarados	16	3.771	-	-	-	3.771
Valor Justo		21.414	158	-	-	21.572

31.12.17						
	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	17.502	-	-	-	17.502
Empréstimos e financiamentos	14	192	-	205	-	397
Dividendos declarados	16	5.203	-	-	-	5.203
Valor Justo		22.897	-	205	-	23.102

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição à variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Instrumentos financeiros remunerados a uma taxa fixa

	31.03.18	31.12.17
Aplicações financeiras - CDB	5.309	5.225
Empréstimos e financiamentos	(349)	(397)
	4.960	4.828

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio nem no resultado do período findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do período findo em 31.03.18	Patrimônio líquido e resultado do período em 31.12.17
Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	50	48

Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável.

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;

Notas Explicativas

- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia ajustada em relação ao capital dos períodos findos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é apresentada a seguir:

	31.03.18	31.12.17
Total do Passivo Circulante e não Circulante	36.419	39.620
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.745)	(14.251)
(=) Dívida Líquida (A)	23.674	25.369
Total do Patrimônio Líquido (B)	43.860	41.483
Relação Dívida	0,5398	0,6116

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

i) Garantias prestadas e garantias recebidas

Garantias prestadas

Garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas nota explicativa: 14 Empréstimos e financiamentos.

Garantias recebidas

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

j) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Notas	31.03.18	31.12.17
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras - CDB	4	5.309	5.225
Custo amortizado			
Caixa e bancos	4	7.436	9.026
Contas a receber de clientes	5	20.050	21.359
Total		32.795	35.610
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	13	17.452	17.502
Empréstimos e financiamentos	14	349	397
Dividendos declarados	16	3.771	5.203
Total		21.572	23.102

k) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

Ativos e passivos financeiros

Aplicações financeiras - CDB

Valor contábil em 31.03.18		
Nível 1	Nível 2	Nível 3
	5.309	-

Ativos e passivos financeiros

Aplicações financeiras - CDB

Valor contábil em 31.12.17		
Nível 1	Nível 2	Nível 3
	5.225	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Notas	31.03.18		31.12.17	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	7.436	7.436	9.026	9.026
Aplicações financeiras - CDB	4	5.309	5.309	5.225	5.225
Contas a receber de clientes	5	20.050	20.050	21.359	21.359
Ativos financeiros totais		32.795	32.795	35.610	35.610
Fornecedores	13	(17.452)	(17.452)	(17.502)	(17.502)
Empréstimos e financiamentos	14	(349)	(349)	(397)	(397)
Dividendos declarados	16	(3.771)	(3.771)	(5.203)	(5.203)
Passivos financeiros totais		(21.572)	(21.572)	(23.102)	(23.102)
		12.508	12.508	11.723	11.723

DIRETORIA EXECUTIVA

Renato Jackisch
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

Cleuber Lopes Mantana
Contador CRC 1SP 235555/O9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joanita Maria Maestri Karoleski
Conselheiro

Gilberto Tomazoni
Conselheiro

Ivo José Dreher
Conselheiro

Notas Explicativas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2018.

Nossa revisão compreendeu: a) análise das demonstrações contábeis intermediárias elaboradas pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos de revisão realizados pelos auditores externos; e c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório de Revisão do Auditor Independente, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis intermediárias acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul, 10 de maio de 2018.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Rafael de Souza Morsch
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2018; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2018.

Santa Cruz do Sul-RS, 11 de maio de 2018.

Renato Jackisch
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

* * * * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do Auditor Independente sobre as informações contábeis intermediárias (ITR)

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Excelsior Alimentos S.A.
Santa Cruz do Sul – RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Excelsior Alimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase – Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, em junho de 2017 a J&F Investimentos S.A., controladora indireta da Seara Alimentos Ltda., que é a controladora da Companhia, celebrou acordo de leniência com o Ministério Público Federal, o qual foi homologado pela 5ª Câmara do Ministério Público Federal em 24 de agosto de 2017. Em consequência do acordo firmado inicialmente por sua controladora indireta, em 29 de novembro de 2017, a Companhia celebrou termo de adesão ao acordo de leniência. Até o presente momento, não há como determinar se a controladora e, respectivamente, a Companhia serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e operações em andamento, por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2018

Nelson Fernandes Barreto Filho
CRC 1SP-151.079/O-0 “S” - RS

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 “S” - RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Renato Jackisch, declaro que:

Revisei este relatório das informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018, da Excelsior Alimentos S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações que refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

Santa Cruz do Sul, 11 de maio de 2018.

Renato Jackisch
Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Excelsior Alimentos S.A.

Declaração do Diretor Administrativo e Financeiro

Eu, Ivo José Dreher, declaro que:

Revisei este relatório das informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018, da Excelsior Alimentos S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações que refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

Santa Cruz do Sul, 11 de maio de 2018.

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro
Excelsior Alimentos S.A.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Renato Jackisch, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, relativas as informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

Santa Cruz do Sul, 11 de maio de 2018.

Renato Jackisch
Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Excelsior Alimentos S.A.

Declaração do Diretor Administrativo e Financeiro

Eu, Ivo José Dreher, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, relativas as informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

Santa Cruz do Sul, 11 de maio de 2018.

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro
Excelsior Alimentos S.A.